



HOMOLOGAÇÃO	
D.M. 18 / 12 / 96	
D.O.U. 19 / 12 / 96	Seção I P. 27667
ATO:	
D.O.U. / /	Seção P.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA: Associação Potiguar de Educação e Cultura		UF: RN
ASSUNTO: Criação da Universidade Potiguar, pela via do reconhecimento		
RELATOR(a) CONSELHEIRO(a): Silke Weber		
PROCESSO Nº 23001.000891/90-83		
PARECER Nº: 285/96	CÂMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 04/12/96

I - Histórico

"A Associação Potiguar de Educação e Cultura submeteu ao CFE, em 1990, Carta-Consulta visando à criação da Universidade Potiguar, pela via da autorização, sendo a mesma acolhida pelo Parecer nº 200/91. O Projeto de Universidade foi aprovado pelo Parecer nº 157/92, tendo sido fixado um prazo de três anos para a sua implantação.

Nos termos do inciso III do art. 25, da Resolução-CFE nº 02/94, combinado com a Portaria-CFE nº 16/94, o processo foi enquadrado na fase final, e, a requerimento da Instituição, convertido para a via do reconhecimento".

A análise do mérito a seguir realizada tomou por base os diferentes documentos constantes do processo, em particular, os sucessivos relatórios produzidos durante a fase em que a instituição esteve sob o olhar de uma Comissão de Acompanhamento, especialmente, o seu Relatório Final, de outubro de 1994, bem como o Relatório dos membros da Comissão Especial designada pela Portaria MEC nº 180/96.

Nesta análise foi ainda considerado o Plano de Desenvolvimento Institucional - 1995-1999.

[Assinaturas manuscritas]

2. Mérito

2.1. Ensino ~~de Graduação~~

"A Instituição oferece 13 cursos de graduação sendo 11 reconhecidos (excetuam-se Ciências Psicológicas e Comunicação Social), ou seja, 84% com funcionamento diurno e noturno. O regime acadêmico adotado é a seriação anual."

O número de matrículas atual é de 4.269 alunos, com 1.380 vagas iniciais oferecidas anualmente. A demanda no Concurso Vestibular de 1996 situa-se entre 1,3 e 1,4 para as licenciaturas de Matemática, Letras, Educação Artística e Curso de Ciências Econômicas, 4,3 para o curso de Processamento de Dados e 13,2 para o curso de Direito. O número de alunos matriculados por curso varia de 148, 150, 152, 163, 172, nos cursos de Ciências Econômicas, Turismo, Formação de Executivos, Letras, Matemática, Educação Artística, a 437 no Curso de Processamento de Dados e a 1.327 no curso de Direito.

"A ocupação das vagas totais apresenta índice médio de 70%.

A avaliação externa, nos termos da Resolução CFE nº 03/91, foi realizada nos cursos já reconhecidos, tendo os avaliadores considerado de qualidade adequada ao projeto pedagógico de cada um deles".

Os resultados desta avaliação, cujos relatórios integram o Processo, conduziram a Instituição a realizar revisão dos diversos projetos pedagógicos de curso, sendo, de imediato, implantadas as modificações propostas, cabendo destaque para a oferta de Português, para todos os cursos, e de Metodologia Científica, nas séries iniciais, bem como para o envolvimento dos alunos em atividades práticas, de laboratório ou de pesquisa.

Até a presente data, a Instituição ofereceu 14 cursos de Especialização em caráter permanente, nas áreas de Educação, Direito, Administração, Engenharia de Produção e Informática, esta última em convênio com a UFPb.

A estrutura desses cursos quanto à carga horária, composição do corpo docente (titulação, disciplinas relacionadas com a didática e metodologia do ensino superior, iniciação à pesquisa, orientação para o trabalho de conclusão de curso e sua vinculação às bases de pesquisa foi considerada satisfatória e adequada aos objetivos propostos de qualificação docente e formação de profissionais especializados e com perfil exigido pelo mercado de

trabalho. Um catálogo contendo a resenha das monografias elaboradas constitui indicador da produtividade destes cursos.

O Mestrado em Direito é oferecido em convênio com a Universidade Federal do Ceará, desde 1994, tendo sido constatado pela Comissão Especial, que o mesmo atende às exigências acadêmicas, as primeiras dissertações encontrando-se em fase de elaboração.

Em 1996, iniciou a oferta de curso de mestrado em Economia e em Marketing, cabendo assinalar a cooperação que mantém com a Universidade do Maine – Estados Unidos.

2.3. Extensão

“Quanto à extensão, as atividades desenvolvidas são as seguintes: Universidade Aberta para a Terceira Idade; assistência jurídica; desenvolvimento de recursos humanos (cursos, seminários, palestras, visitas técnicas, estágios, oficinas de trabalho etc); prestação de serviços e transferência de tecnologia (assessorias, consultorias, Tribunal de Pequenas Causas, Empresas Júnior); apoio ao desenvolvimento comunitário; Escola de Aplicação (2º grau) gratuita; Pitangui – Polo de Desenvolvimento e Turismo Ecológico (Centro de Educação Ambiental, por onde já passaram mais de 8.000 alunos); difusão artístico – cultural; difusão técnico-científica (eventos técnico científicos locais, regionais e nacionais, lançamentos de livros e outras publicações, divulgação de resultados de estudos e pesquisas)”.

Anote-se a oferta freqüente de cursos de Informática para a comunidade, bem como mediante contrato com empresas.

2.4. Pesquisa

A instituição vem realizando levantamentos e perfis sócio-econômicos, frequentemente, de forma interdisciplinar, em todo caso, interdepartamental. Criou para tanto a Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Tais estudos têm se voltado, principalmente, para a Terceira Idade, Questões Ambientais e Turismo, caracterização da situação Sócio-Econômica do Estado, de cidades e bairros e Avaliação Institucional.

Mais recentemente têm sido desenvolvida pesquisas que, além de metodologia cuidadosa, requerem fundamentação teórica e inserção no debate contemporâneo como aquelas que versam sobre construção da realidade social e sobre linguagem.

Atividades de Iniciação Científica têm sido incentivadas, havendo indicação de participação de estudantes em estudos e pesquisas desenvolvidas por professores, inclusive, para obtenção de Mestrado e Doutorado, bem como para realimentar ações institucionais. Neste último caso, ganham relevo, questões relativas ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado e da Instituição.

A Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação vem promovendo a avaliação das pesquisas desenvolvidas, cujo processo se inicia nos respectivos departamentos e Núcleos Temáticos e é concluído na instância central. Seria recomendável que a instituição incluísse nesse processo pesquisadores reconhecidos nas respectivas áreas de conhecimento, oriundos de outras instituições universitárias.

Resumos das pesquisas concluídas e em andamento por professores e alunos estão publicados em Catálogo de Pesquisas, bem como tem sido, periodicamente, divulgados na Revista Paradigmas, criada pela instituição em 1994, que conta com Comitê Editorial e regras para publicação.

Há esforço institucional de intercâmbio científico e acadêmico, sendo estimulada a participação em congressos e seminários, bem como a realização de convênios com organismos de fomento a pesquisa, tais como o CNPq e INEP.

Está em curso a criação de Fundo de Apoio a Pesquisa, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – 1995 – 1999.

2.5. Avaliação Institucional

"A avaliação institucional iniciou-se com uma pesquisa censitária, realizada em 1992 e 1993, por ocasião da implantação do Projeto de Universidade, envolvendo o corpo docente, discente e técnico – administrativo. Passou-se a seguir à avaliação dos serviços prestados pela Instituição, às avaliações dos cursos, dos professores e dos funcionários, incluindo o levantamento das expectativas de todos os alunos dos primeiros anos de todos os cursos de graduação, realizada nos meses de março e abril de 1996", com a participação de professores de outras universidades da região.

2.6. Infra-Estrutura Física e Recursos Materiais

"A base física das instalações da Instituição compreende um conjunto de prédios agrupados em unidades, identificados como Unidade I, Unidade II e Unidade III. A estrutura física foi exaustivamente descrita no Relatório Final do Acompanhamento, sendo que os relatórios de atualização de

dados informam sobre a expansão do espaço físico e sua implementação conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – 1995 – 1999, anteriormente mencionado.

Assim, com a conclusão dos Blocos A e B da Unidade II, foi disponibilizada uma área de 13.242 m². A expansão se deu especificamente com a conclusão do Bloco B, representando um acréscimo de 9.994 m², conforme descrição detalhada às páginas 9 a 11 do relatório de atualização do período out/94 a fev/96. Merece registro a entrega à comunidade acadêmica de mais 4 (quatro) laboratórios de informática, com equipamentos de última geração.

Atualmente, a Instituição dispõe de 27.876 m² compreendendo 88 salas de aula, 2 auditórios, 19 laboratórios, 3 bibliotecas, conforme descrito no relatório referente ao 1º Semestre de 1996 (páginas 28 a 30)".

2.7. Diretório Acadêmico e Representação Estudantil nos Colegiados

A Comissão Especial, que visitou a instituição em 1996, constatou que tanto na reunião conjunta dos colegiados superiores, como em reunião especial com o Diretório Acadêmico (diretoria), a participação efetiva dos alunos, mediante seus representantes, nas ações acadêmicas da Instituição. Reivindicações estudantis, negociação de mensalidades e outros assuntos de interesse da comunidade estudantil foram, então, relatados à Comissão.

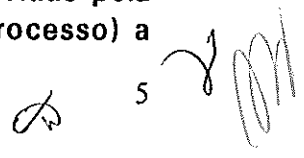
2.8 Viabilidade Econômico-Financeira

"Por ocasião do encerramento do Acompanhamento e apresentação do Relatório Final, foi anexado ao último o laudo de análise da situação econômico-financeira da Entidade Mantenedora, além de uma avaliação do patrimônio e das condições da mesma para manter uma Universidade. Cabe registrar que, além da correção monetária de balanços e de receitas financeiras, somente as anuidades e taxas se constituem em fonte de receita (Quadro nº 7 do Relatório Final). Por sua vez, as despesas com pessoal docente corresponderam a 33,51%, 37,19% e 42,10%, nos anos de 1991, 1992 e 1993, sobre o total das despesas, incluindo-se as despesas com o pessoal administrativo, índices bem abaixo da média de outras IES particulares do país, segundo a Comissão Especial".

2.9. Informatização

"O Relatório Parcial I, referente às atividades desenvolvidas pela Instituição no período de outubro/94 (suspensão da tramitação do processo) a

5



fevereiro/96, informa detalhadamente a implementação do Plano de Informática, submetido à Comissão de Acompanhamento (página 12 e 16)". Por ocasião da visita feita pelos membros da Comissão foi possível constatar in loco as etapas concluídas, o que permite afirmar que a Instituição está atendendo aos objetivos e metas propostas no seu Plano Diretor de Informática.

2.10 Biblioteca

A Comissão Especial anota que "a Biblioteca está distribuída nas três unidades da Instituição, ocupando uma área total de 1.640 m², conforme no Relatório, referente ao 1º Semestre de 1996. Encontra-se informatizada e integrada. Para o seu gerenciamento é utilizado o *Software* NOVELL 4.1 e para a administração das bases de dados o *SOFTWARE* D.B.F. Tem acesso à Internet e mantém intercâmbio com bibliotecas do país e do exterior. O acervo atual é de 33.291 títulos e 54.222 volumes, dispondo ainda de 291 títulos de periódicos e 5.772 fascículos. É dirigida por pessoal qualificado, tendo sido oferecidos treinamentos, reciclagem e cursos de atualização profissional, conforme relatório de atualização. Por ocasião do encerramento do acompanhamento, foi procedida uma avaliação técnica profissional".

2.11 Recursos Humanos

Quanto aos recursos humanos, acha-se implantada uma política de qualificação acadêmica e de contratação de doutores aposentados, bem como de capacitação de pessoal técnico e administrativo.

"No 1º Semestre de 1996, a Instituição contava com 38% de professores titulados, sendo 3,7% de doutores e 34,2% de mestres, patamar que atende ao mínimo exigido pela Resolução-CFE nº 02/94.

No 2º Semestre de 1996, como resultado do esforço institucional de aprimorar a qualificação do seu corpo docente, a Instituição admitiu profissionais portadores da titulação de doutor, como visitantes. Em função desse empenho institucional, o número de professores titulados passou a representar 39% do universo de 225 professores, sendo 8% de doutores e 31% mestres".

O quadro a seguir, elaborado pela Comissão Especial que visitou a instituição, mostra os resultados dessa política de recursos humanos, no que se refere ao corpo docente da Instituição.

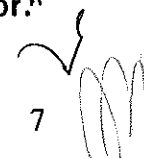


		1º Sem. 1996		2º Semestre	
Titulação	Nº	%	Nº	%	
Doutor	08	3,70%	17	8%	
Mestre	75	34,20%	70	31%	
Especialista	99	45,20%	106	47%	
Graduação	37	16,90%	32	14%	
Total	219	100%	225	100%	

"Na implementação de sua política institucional de incentivo à qualificação docente, a Instituição, além de admitir profissionais já satisfatoriamente titulados, investe no aprimoramento e qualificação de seu corpo docente, quer com iniciativas próprias, quer através de cursos oferecidos por outras instituições. Atualmente, 42 de seus professores, o que representa 19% de seu corpo docente, estão em programas de doutorado, mestrado e especialização, conforme demonstra o quadro a seguir", também, elaborado pela Comissão Especial, no momento de sua visita.

PROGRAMAS	Nº	%
Doutorado	06	03%
Mestrado	32	14%
Especialização	04	02%
Total	42	19%

"Consideradas essas atividades, o aprimoramento de sua política institucional de incentivo à qualificação docente e a gradativa ampliação de suas atividades nas áreas da pós-graduação e pesquisa, de modo particular nos cursos *stricto sensu*, a Instituição apresenta uma forte tendência a um natural implemento da titulação de quadro docente, nas categorias de mestre e doutor."

 
7

Cabe lembrar que, dentre os 13 (treze) cursos de graduação oferecidos pela Instituição, figuram Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Turismo, Educação Artística, Processamento de Dados, Matemática, Economia, e Contabilidade, áreas em que no Brasil há carência de profissionais portadores de título de mestre e, mais ainda, de doutor.

" Este aspecto deve ser ainda contextualizado, considerando-se que a Instituição se encontra localizada no Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro.

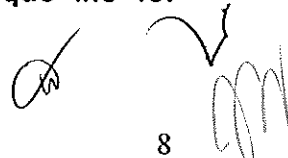
A Instituição está implantando gradualmente seu Plano de Carreira Docente, assim como o de regime de trabalho. Dos 225 professores que compõem o quadro docente (2º semestre de 1996) 52 (23,1%) se encontram em regime de tempo integral (5 doutores e 14 mestres) e 84 (37,3%) em regime de tempo parcial.

Considerando as dificuldades em contratar professores doutores na região Nordeste, pode-se considerar satisfatório, para o atual estágio da instituição, a presença de 17 doutores (8%) e 70 mestres (31%) no quadro docente da Instituição".

2.12. Ordenamentos Institucionais

"Nos termos dos ordenamentos institucionais, a estrutura organizacional contempla quatro níveis de administração, a saber: Administração Superior, constituída pelo Conselho de Administração Superior – CAS, Conselho de Pesquisa e Extensão – CEPE, enquanto órgãos deliberativos; na condição de órgãos executivos, a Direção Geral, a Diretoria Administrativa e a Diretoria Acadêmica; a administração intermediária é exercida pelo Conselho Didático Pedagógico; a administração básica tem como órgãos os departamentos e as Coordenações de Curso; órgãos complementares são constituídos por: Secretaria Geral, Biblioteca, Assessorias e Centro de Processamento de Dados".

Na visita realizada, a Comissão Especial buscou verificar a adequação às normas vigentes, especialmente à Resolução CFE nº 02/94, quanto aos ordenamentos institucionais. Para tanto realizou reunião com órgãos colegiados da Instituição, para discutir as seguintes questões: política administrativa, com destaque para o funcionamento dos órgãos deliberativos; critérios para a escolha dos dirigentes; representantes docente e discente na estrutura organizacional; modelo pedagógico, envolvendo os marcos conceituais de cada curso e a correspondente sistemática para assegurar o perfil do curso, produção de pesquisa e publicações, considerando satisfatório o que lhe foi apresentado.



3. Voto da Relatora

A análise da documentação que compreende o Processo da Associação Potiguar de Educação e Cultura permite inferir que se trata de uma instituição que decidiu investir na perspectiva que selecionou, apresentando um processo de crescimento e mudança expressivos entre 1992 e 1996 (dados complementares) orientado por Planos e metas claras e avaliação periódica, que indicam potencialidades reais de vir a se constituir em uma universidade. Esta visão se fundamenta em indicadores perceptíveis do processo, como a ampliação da infra-estrutura, o investimento em recursos humanos: docentes qualificados e carreira docente implantada, linhas de trabalho na pesquisa e extensão e serviços que demonstram a participação efetiva da Instituição no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado.

Diante do exposto, sou de Parecer favorável ao credenciamento da Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências como Universidade Potiguar, mantida pela Associação Potiguar de Educação e Cultura, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, pelo período de 5 (cinco) anos, aprovando também, neste ato, o seu Estatuto e Regimento Geral.

Brasília 04 de dezembro de 1996


Conselheira Silke Weber - Relatora

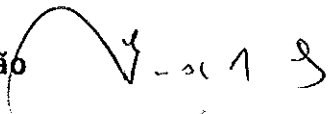
II - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto da Relatora.

Sala Das Sessões, em 04 de dezembro de 1996

Presidente - Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão

Vice-Presidente - Conselheiro Jacques Velloso




PROCESSO N.º 23001.000891/90-83.

INTERESSADO: Associação Potiguar de Educação e Cultura

ASSUNTO: Criação da Universidade de Potiguar, pela via da autorização.

1. HISTÓRICO:

A Associação Potiguar de Educação e Cultura submeteu ao CFE, em 1990, Carta-Consulta visando à criação da Universidade Potiguar, pela via da autorização, sendo a mesma acolhida pelo Parecer nº 200/91. O Projeto de Universidade foi aprovado pelo Parecer nº 157/92, tendo sido fixado um prazo de 3 anos para a sua implantação.

Nos termos do art.º 25 da Res. CFE nº 02/94, combinado com a Portaria CFE nº 16/94, o processo foi enquadrado na fase final e, a requerimento da Instituição, convertido para a via do reconhecimento.

A análise de mérito a seguir tomou por base os autos do processo, juntamente com Relatórios de atualização de dados, e uma visita para verificar as condições de funcionamento da Instituição, realizada por membros da Comissão Especial designada pela Port. MEC n.º 180/96.

2. MÉRITO/INDICADORES DE QUALIDADE:

2.1 Ensino de graduação

A Instituição oferece 13 cursos de graduação, sendo 11 reconhecidos (excetuam-se Ciências Psicológicas e Comunicação Social), com funcionamento diurno e noturno. O regime acadêmico adotado é a seriação anual.

O número de matrículas atual é de 4.269 alunos, com 1380 vagas iniciais oferecidas anualmente. A demanda no Concurso Vestibular de 1996 e o número de aluno matriculados por curso estão demonstrados na relação a seguir:

Administração	345	3,4
Ciências Econômicas	148	1,4
Ciências Contábeis	251	2,5
Processamento de Dados	437	4,3
Formação de Executivos	152	2,5
Turismo	150	2,5
Direito	1327	13,2
Ciências Biológicas	244	2,0
Letras	176	1,4
Matemática	163	1,3
Educação Artística	172	1,4
Engenharia Civil	278	2,2
Comunicação Social	224	1,8

7

A ocupação das vagas totais apresenta índice médio de 70%.

A avaliação externa, nos termos da Res. CFE nº 03/91, foi realizada nos cursos já reconhecidos, tendo os avaliadores considerado de qualidade adequada ao projeto pedagógico de cada um deles. Durante a visita, em reunião dos órgãos colegiados e encontros setoriais, foi verificada a questão pedagógica, envolvendo os marcos conceituais de cada curso de graduação, bem como a sistemática utilizada para assegurar o perfil profissiográfico definido pelo respectivo colegiado de curso.

O Conselho Didático Pedagógico (CDP), juntamente com os respectivos colegiados de curso e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão elegeram como ação prioritária, no ano de 1995, a revisão dos diversos projetos pedagógicos de curso, a partir da avaliação externa acima referida.

2.2 Ensino de pós-graduação

Até a presente data, a Instituição ofereceu seis cursos de especialização em caráter permanente. Durante a visita, averigou-se a estrutura desses cursos quanto à carga horária, composição do corpo docente (titulação, disciplinas relacionadas com a didática e metodologia do ensino superior, iniciação à pesquisa, orientação para o trabalho de conclusão de curso e sua vinculação às bases de pesquisa). A pós-graduação *lato sensu* pode ser considerada satisfatória e adequada aos objetivos propostos de qualificação docente e formação de profissionais especializados e com perfil exigido pelo mercado de trabalho.

Quanto ao Mestrado em Direito, oferecido em convênio com a Universidade Federal do Ceará, foi constatado que o mesmo atende às exigências acadêmicas, encontrando-se em fase de elaboração das primeiras dissertações.

2.3 Extensão

Quanto à extensão, as atividades desenvolvidas são as seguintes: Universidade Aberta para a Terceira Idade; assistência jurídica; desenvolvimento de recursos humanos (cursos, seminários, palestras, visitas técnicas, estágios, oficinas de trabalho etc); prestação de serviços e transferência de tecnologia (assessorias, consultorias, Tribunal de Pequenas Causas, Empresa Júnior); apoio ao desenvolvimento comunitário; Escola de Aplicação (2º grau) gratuita; Pitangui - Polo de Desenvolvimento e Turismo Ecológico (Centro de Educação Ambiental, por onde já passaram mais de 8.000 alunos); difusão artístico-cultural; difusão técnico-científica (eventos técnico científicos locais, regionais e nacionais, lançamentos de livros e outras publicações, divulgação de resultados de estudos e pesquisas).

2.4 Pesquisa

Quanto à pesquisa, por ocasião da visita foram obtidos esclarecimentos sobre a pesquisa institucional, tendo sido constatada a densidade científica da Instituição. Um relatório de atividades desenvolvidas no 1º Semestre de 1996 detalha e comprova a satisfação às exigências legais, quanto aos aspectos de pesquisa e extensão.

2.5 Avaliação Institucional

A avaliação institucional iniciou-se com uma pesquisa censitária, realizada em 1992 e 1993, por ocasião da implantação do Projeto de Universidade, envolvendo o corpo docente, discente e técnico-administrativo. Passou-se a seguir à avaliação dos serviços prestados pela Instituição, às avaliações dos cursos, dos professores e dos funcionários, incluindo o levantamento das expectativas de

todos os alunos dos primeiros anos de todos os cursos de graduação, realizada nos meses de março e abril de 1996.

2.6 Infra-estrutura Física e Recursos Materiais

A base física das instalações da Instituição compreende um conjunto de prédios agrupados em unidades, identificadas como Unidade I, Unidade II e Unidade III. A estrutura física foi exaustivamente descrita no Relatório Final, sendo que os relatórios de atualização de dados informam fundamentalmente sobre a expansão do espaço físico, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Assim, com a conclusão dos Blocos A e B da Unidade II, foi disponibilizada uma área de 13.242 m². A expansão se deu especificamente com a conclusão do Bloco B, representando um acréscimo de 9.994 m², conforme descrição detalhada às páginas 9 a 11 do relatório de atualização do período out/94 a fev/96. Merece registro a entrega à comunidade acadêmica de mais 4 (quatro) laboratórios de informática, com equipamentos de última geração.

Atualmente, a Instituição dispõe de 27.876 m², compreendendo 88 salas de aula, 2 auditórios, 19 laboratórios, 3 bibliotecas, conforme descrito no relatório referente ao 1º Semestre de 1996 (páginas 28 a 30).

2.7 Diretório Acadêmico e Representação Estudantil nos Colegiados

Tanto na reunião conjunta dos colegiados superiores da Instituição, quanto em reunião especial com o Diretório Acadêmico (diretoria), foi possível constatar a participação efetiva dos alunos, mediante seus representantes, nas ações acadêmicas da Instituição. Desde as reivindicações estudantis, até a negociação de mensalidades e outros assuntos de interesse da comunidade estudantil integraram a pauta de atividades apresentadas aos integrantes da Comissão que visitou a Instituição.

2.8 Viabilidade Econômico-Financeira

Por ocasião do encerramento do acompanhamento e apresentação do Relatório Final, foi anexado ao último o laudo de análise da situação econômico-financeira da Entidade Mantenedora, além de uma avaliação do patrimônio e das condições da mesma para manter uma Universidade. Cabe registrar que, além da correção monetária de balanços e de receitas financeiras, somente as anuidades e taxas se constituem em fonte de receita (Quadro nº 7 do Relatório Final). Por sua vez, as despesas com pessoal docente corresponderam a 33,51%, 37,19% e 42,10%, nos anos de 1991, 1992 e 1993, sobre o total das despesas, incluindo-se as despesas com o pessoal administrativo, índices bem abaixo da média de outras IES particulares do país.

2.9 Informatização

O Relatório Parcial I, referente às atividades desenvolvidas pela Instituição no período de outubro/94 (suspensão da tramitação do processo) a fevereiro/96, informa detalhadamente a implementação do Plano de Informática, submetido à Comissão de Acompanhamento (página 12 e 16). Por ocasião da visita feita pelos membros da Comissão, foi possível constatar "in loco" as etapas concluídas, o que permite afirmar que a Instituição está atendendo aos objetivos e metas propostas no que concerne à informatização.

2.10 Biblioteca

A Biblioteca está distribuída nas três unidades da Instituição, ocupando uma área total de 1.640 m2, conforme informado no Relatório, referente ao 1º Semestre de 1996. Encontra-se informatizada e integrada. Para o seu gerenciamento é utilizado o *Software* NOVELL 4.1 e para a administração das bases de dados o *SOFTWARE* D.B.F. Tem acesso à Internet e mantém intercâmbio com bibliotecas do país e do exterior. O acervo atual é de 33.291 títulos e 54.222 volumes, dispondo ainda de 291 títulos de periódicos e 5.772 fascículos. É dirigida por pessoal qualificado, tendo sido oferecidos treinamentos, reciclagem e cursos de atualização profissional, conforme relatório de atualização. Por ocasião do encerramento do acompanhamento, foi procedida uma avaliação técnica profissional.

2.11 Recursos Humanos

Quanto aos recursos humanos, acha-se implantada uma política de qualificação acadêmica e de contratação de doutores aposentados.

No 1º Semestre de 1996, a Instituição contava com 38% de professores titulados, sendo 3,7% de doutores e 34,2% de mestres, patamar que atende ao mínimo exigido pela Resolução CFE nº 02/94.

No 2º Semestre de 1996, como resultado do esforço institucional de aprimorar a qualificação do seu corpo docente, a Instituição admitiu profissionais portadores da titulação de doutor, como visitantes. Em função desse empenho institucional, o número de professores titulados passou a representar 39% do universo de 225 professores, sendo 8% de doutores e 31% de mestres.

O quadro abaixo mostra os resultados dessa política de recursos humanos, no que se refere ao corpo docente da Instituição.

TITULAÇÃO	1º Sem. 1996		2º Sem. 1996	
	N.º	%	N.º	%
Doutor	08	3,70%	17	8%
Mestre	75	34,20%	70	31%
Especialista	99	45,20%	106	47%
Graduação	37	16,90%	32	14%
TOTAL	219	100%	225	100%

Na implementação de sua política institucional de incentivo à qualificação docente, a Instituição, além de admitir profissionais já satisfatoriamente titulados, investe no aprimoramento e qualificação de seu corpo docente, quer com iniciativas próprias, quer através de cursos oferecidos por outras instituições. Atualmente, 42 de seus professores, o que representa 19% de seu corpo docente, estão em programas de doutorado, mestrado e especialização, conforme demonstra o quadro a seguir.

PROGRAMAS	N.º	%
Doutorado	06	03%
Mestrado	32	14%
Especialização	04	02%
TOTAL	42	19%

Consideradas essas atividades, o aprimoramento de sua política institucional de incentivo à qualificação docente e a gradativa ampliação de suas atividades nas áreas da pós-graduação e pesquisa, de modo particular nos cursos *stricto sensu*, a Instituição apresenta uma forte tendência a um natural implemento da titulação de quadro docente, nas categorias de mestre e doutor.

Cabe lembrar que, dentre os 13 (treze) cursos de graduação oferecidos pela Instituição, figuram Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Turismo, Educação Artística. Processamento de

7

Dados, Matemática, Economia e Contabilidade, áreas em que no Brasil há quase absoluta carência de profissionais portadores de título de mestre e, mais ainda, de doutor.

Este aspecto deve ser ainda contextualizado, considerando-se que a Instituição se encontra localizada no Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro.

A Instituição está implantando gradualmente seu Plano de Carreira Docente, assim como o de regime de trabalho. Dos 225 professores que compõem o quadro docente (2º semestre de 1996) 52 (23,1%) se encontram em regime de tempo integral (5 doutores e 14 mestres) e 84 (37,3%) em regime de tempo parcial.

Considerando as dificuldades em contratar professores doutores na Região Nordeste, os consultores consideram satisfatório, para o atual estágio da Instituição, a presença de 17 doutores (8%) e 70 mestres (31%) no quadro docente da Instituição.

2.12 Ordenamentos Institucionais

Nos termos dos ordenamentos institucionais, a estrutura organizacional contempla quatro níveis de administração, a saber: Administração Superior, constituída pelo Conselho de Administração Superior - CAS, Conselho de Pesquisa e Extensão - CEPE, enquanto órgãos deliberativos; na condição de órgãos executivos, a Direção Geral, a Diretoria Administrativa e a Diretoria Acadêmica; a administração intermediária é exercida pelo Conselho Didático Pedagógico; a administração básica tem como órgãos os Departamentos e as Coordenações de Curso; órgãos complementares são constituídos por: Secretaria Geral, Biblioteca, Assessorias e Centro de Processamento de Dados.

Na visita realizada, buscou-se verificar a adequação às normas vigentes, especialmente a Resolução CFE nº 02/94, quanto aos ordenamentos institucionais. O primeiro procedimento foi uma reunião com órgãos colegiados da Instituição, na qual foram discutidas as seguintes questões: política administrativa, com destaque para o funcionamento dos órgãos deliberativos; critérios para a escolha dos dirigentes; representação docente e discente na estrutura organizacional; modelo pedagógico, envolvendo os marcos conceituais de cada curso e a correspondente sistemática para assegurar o perfil do curso, produção de pesquisa e publicações.

Discutiu-se o relacionamento entre o Departamento e Coordenação de Curso, uma vez que há, no Conselho de Ensino e Pesquisa - CONSEPE, representantes de ambas as instâncias

3. CONCLUSÃO:

Do ponto de vista formal o processo foi enquadrado na fase final, tendo sido elaborado Relatório Final pela comissão de acompanhamento. O Conselheiro-relator emitiu parecer final, favorável ao reconhecimento, que não chegou a ser apreciado na CETU.

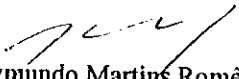
A análise da documentação que compreende o Processo da Associação Potiguar de Educação e Cultura permite inferir que se trata de uma Instituição que apresentou um processo de

3

crescimento e mudança expressivos de 1992 até 1996 (dados complementares) indicando potencialidades reais de constituir uma Universidade. Esta convicção se fundamenta em indicadores perceptíveis do processo, como o crescimento da infra-estrutura, o investimento em recursos humanos: docentes qualificados e carreira docente implantada, especialmente considerando a Instituição situada em região sabidamente carente; linhas de trabalho na pesquisa e extensão e serviços que demonstram a participação efetiva da Instituição no processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Em reunião de 24 de outubro de 1996, a Comissão Especial, constituída pela Portaria MEC nº 180/96, estando presentes os Professores José Raymundo Martins Romêo, que a preside, Delza Leite Góes Gitai, Geraldo dos Santos Queiróz, Ignácio Ricken, Márcio Quintão Moreno, Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves, Mário Vedovello Filho, Sandoval Carneiro Júnior, Oswaldo Ubriaco Lopes, Luís Eduardo Waldemarin Wanderley e Senira Anie Ferraz Fernandes, aprovou por unanimidade o presente parecer.

Brasília, 05 de novembro de 1996


José Raymundo Martins Romêo
Presidente da Comissão